



#### Banco do Conhecimento/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-DGLOG-001 - Documento Estratégico da DGLOG
RAD-DGLOG-003 - Controlar a Ocupação de Áreas por Terceiros em Imóveis sob a Responsabilidade do PJERJ
RAD-DGLOG-005 - Ciclo de Formação de Contratos Administrativos
RAD-DGLOG-009 – Fornecimento de Materiais
MAN-DGLOG-009-01 - Manual de Solicitação de Material de Consumo e Permanente
RAD-DGLOG-010 – Ciclo de Atendimento e Monitoramento do Serviço de Limpeza, Conservação e Controle de Vetores
RAD-DGLOG-012 – Realizar Serviços Gráficos Não Codificados
RAD-DGLOG-013 – Formalizar Convênios e Cooperações
RAD-DGLOG-015 – Gerir o Trâmite de Expedientes
RAD-DGLOG-017 – Receber, Autuar e Movimentar Documentos Administrativos
MAN-DGLOG-017-02 – Manual de Cadastramento de Documentos
RAD-DGLOG-019 – Fiscalizar o Contrato de Recolhimento de Resíduos Sólidos
RAD-DGLOG-020 – Postagem e Recebimento de Correspondência
RAD-DGLOG-021 – Arquivar e Desarquivar Documentos Administrativos
RAD-DGLOG-022 – Elaborar Relatório de Procedimento Apuratório

RAD-DGLOG-023 – Ciclo Pré-Licitatório e Licitatório
RAD-DGLOG-024 – Abertura e Fechamento de Malotes
RAD-DGLOG-026 – Conferir Faturamento de Prestação de Serviços
RAD-DGLOG-027 – Revisar Documentos de Referência para Licitação, Relativos à Contratação de Serviços
RAD-DGLOG-028 – Gerir o Departamento de Contratos e Atos Negociais
RAD-DGLOG-029 – Controlar Produtos Não Conformes na Diretoria Geral de Logística
RAD-DGLOG-030 – Analisar e Instruir a Contratação Direta
RAD-DGLOG-031 – Controlar Imóveis Ocupados Pelo PJERJ
RAD-DGLOG-032 – Controlar Transferência de Bens Móveis a Terceiros
RAD-DGLOG-033 – Controlar Recebimento de Bens Móveis
RAD-DGLOG-034 – Controlar Processamento de Notas de Débito e Comprovantes de Encargos
RAD-DGLOG-035 – Atender à Solicitações de Transportes
RAD-DGLOG-036 – Manutenção Corretiva de Carros Oficiais
RAD-DGLOG-037 – Processar Infrações de Trânsito
RAD-DGLOG-038 – Apuração de Sinistros em Carros Oficiais
RAD-DGLOG-039 – Remanejamento de Carros Oficiais
RAD-DGLOG-040 – Legalizar Veículos da Frota do Poder Judiciário do Estado do Rio De Janeiro
RAD-DGLOG-041 – Fornecimento, Fiscalização e Controle de Combustível
RAD-DGLOG-042 – Administrar os Serviços de Apoio ao DELFA

RAD-DGLOG-043 - Receber e Conferir Materiais RAD-DGLOG-044 – Retirada e Redistribuição de Bens Permanentes RAD-DGLOG-045 - Realizar Remanejamentos e Mudanças RAD-DGLOG-046 – Baixa de Bens Materiais Permanentes RAD-DGLOG-047 – Incorporação de Veículos RAD-DGLOG-048 – Elaborar Minuta de Ato Convocatório e Divulgar Certame Licitatório RAD-DGLOG-050 - Formalizar Termo de Ajuste RAD-DGLOG-051 - Controlar Responsabilidade Patrimonial RAD-DGLOG-052 - Consertar e Reformar Mobiliário RAD-DGLOG-053 - Convocar para Assinar Termo de Ajuste RAD-DGLOG-054 – Gerir o Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes RAD-DGLOG-055 - Administrar o Cadastro de Fornecedores RAD-DGLOG-056 - Gerir o Departamento de Patrimônio e Material RAD-DGLOG-057 - Realizar controle de Claviculário RAD-DGLOG-058 — Coordenar e Fiscalizar Permissão/Concessão de Uso das Áreas do Foro Central, Regionais e do Interior RAD-DGLOG-059 - Gerir o Departamento de Coordenação e Controle da Movimentação de **Expedientes - DECME** RAD-DGLOG-060 – Coordenar, Fiscalizar e Atestar os Serviços Contratados de Limpeza, Zeladoria, Recepção e Condução de Elevadores RAD-DGLOG-060 - Coordenar, Fiscalizar e Atestar os Serviços Contratados de Limpeza, Zeladoria, Recepção e Condução de Elevadores

RAD-DGLOG-061 - Cadastramento para Condução de Veículos e Viaturas Oficiais

**RAD-DGLOG-062 –** Instruir Processo de Pagamento de Faturas/Contas de Água/Esgoto, Energia Elétrica e Gás

RAD-DGLOG-064 - Controlar Empenho para Pagamento de Faturas, Contas de Água, Energia Elétrica e Gás

RAD-DGLOG-065 – Realizar Especificação de Material

**RAD-DGLOG-067** – Vistoriar a Infraestrutura Predial e a Comunicação Visual dos Prédios do Complexo do Foro Central

RAD-DGLOG-068 – Incorporação Patrimonial

RAD-DGLOG-069 – Inventário Físico de Bens em almoxarifado

RAD-DGLOG-070 - Estocar e Distribuir Materiais

RAD-DGLOG-071 - Distribuir e Retirar Materiais de Consumo

RAD-DGLOG-072 - Manutenção de Instalações

RAD-DGLOG-073 - Manutenção Corretiva de Equipamentos Eletromecânicos e Rede Lógica

RAD-DGLOG-074 - Manutenção Preventiva de Equipamentos e Rede Lógica

RAD-DGLOG-075 - Manutenção Preventiva de Obras

RAD-DGLOG-076 - Execução de Obras de Pequeno Porte e de Readequação Predial

# RAD-DGLOG-001 - Documento Estratégico da DGLOG

Atualizada em 01/11/2017 com vigência a partir de 07/11/2017

RAD sem referências

(Índice)

# RAD-DGLOG-003 - Controlar a Ocupação de Áreas por Terceiros em Imóveis sob a Responsabilidade do PJERJ

Atualizada em 01/06/2017 com vigência a partir de 05/06/2017

- ➤ Lei Federal nº 8.666/93 Institui normas para licitações e contratos da administração pública.
- ➤ Ato Normativo TJ nº 04/2007 Estabelece critérios para fixar remuneração e/ou encargos devidos em razão de ocupação de imóvel na forma de cessão de uso, concessão de uso ou permissão de uso outorgadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Ato Normativo 03/2015 Altera o §3° do artigo 3° do ato Normativo TJ/RJ n°04/2007.
- Resolução TJ/OE/RJ nº. 27/2011, alterado pela Resolução TJ/OE / RJ nº 35/2011 Regulamenta as salas especiais permanentes destinadas aos advogados com uso assegurado a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos termos da Lei n. 8904/94.

(Índice)

# RAD-DGLOG-005 – Ciclo de Formação de Contratos Administrativos

Atualizada em 01/11/2017 com vigência a partir de 07/01/2017

- Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 (Lei Geral de Licitações).
- ➤ Lei Complementar Federal n° 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 (Lei do Pregão).
- ➤ Lei federal nº 4320/64 (Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal).
- ➤ Decreto federal nº 7.892/13 Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei federal nº 8.666/93, e no art. 11 da Lei federal nº 10.520/2002.
- ➤ Lei 13.019/14 Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.

- Ato Executivo TJ nº 104/2017 Delega competências ao Diretor Geral da DGLOG;
- Ato Executivo TJ nº 114/2017 Delega competências ao Diretor Geral da DGPCF;
- ➤ Ordem de Serviço nº 02/2017 Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-009 – Fornecimento de Materiais

Atualizada em 04/11/2015 com vigência a partir de 05/11/2015

- Resolução TJ/OE/RJ nº 42/2013 Dispõe sobre a administração das dependências, mobiliários e equipamentos instalados no PJERJ;
- ➤ Ato Normativo nº 21/2014 Regulamenta o conserto de mobiliário danificado e os serviços de marcenaria específicos de confecção de mobiliário sob medida;
- Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;
- ➤ Aviso TJ nº 45/2011 Determina a avaliação dos materiais em estoque, mantendo-se apenas aqueles necessários às atividades do órgão pelo período de 30 dias:
- ➤ Lei Federal nº 8.666/93 Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- > Decreto nº 7892/2013 Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

(Índice)

MAN-DGLOG-009-01 - Manual de Solicitação de Material de Consumo e Permanente

Atualizada em 14/11/2014 com vigência a partir de 14/11/2014

> RAD sem referências

(Índice)

RAD-DGLOG-010 – Ciclo de Atendimento e Monitoramento do Serviço de Limpeza, Conservação e Controle de Vetores

Atualizada em 13/06/2017 com vigência a partir de 19/06/2017

➤ Lei Federal nº. 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-012 - Realizar Serviços Gráficos Não Codificados

Atualizada em 21/10/2016 com vigência a partir de 21/10/2016

RAD sem referências

(Índice)

#### RAD-DGLOG-013 – Formalizar Convênios e Cooperações

Atualizada em 27/10/2016 com vigência a partir de 31/10/2016

- ➤ Lei Federal nº 8.666/93 (Institui norma para Licitação e Contratos da Administração Pública).
- Resolução Casa Civil nº 350 de 17 de julho de 2014.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-015 – Gerir o Trâmite de Expedientes

Atualizada em 22/09/2015 com vigência a partir de 22/09/2015

- ➤ Ato Executivo 4191, de 08/09/2009 Resolve que as unidades de primeira e segunda instâncias do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote SISCOMA, devem movimentar seus expedientes unicamente pelo referido sistema, sendo vedado o encaminhamento de outra forma.
- Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

(Índice)

# MAN-DGLOG-017-02 – Manual de Cadastramento de Documentos

Atualizada em 04/08/2017 com vigência a partir de 07/08/2017

RAD sem referências

(Índice)

# RAD-DGLOG-017 - Receber, Autuar e Movimentar Documentos Administrativos

Atualizada em 04/08/2017 com vigência a partir de 07/08/2017

- ➤ Ato Executivo TJ nº 3746, de 27/12/01 Dispõe sobre a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-simile para prática de atos administrativos referentes a matéria de pessoal e da outras providencias.
- ➤ Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ n°. 04, de 27/01/2004 Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências.
- ➤ Lei nº 5069, de 16 de julho de 2007 Torna dispensável a exigência pela administração pública estadual, direta, indireta e suas fundações de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e dá outras providências.

# MAN-DGLOG-017-02 - Manual de Cadastramento de Documentos

Atualizada em 25/05/2016 com vigência a partir de 25/05/2016

RAD sem referências

(Índice)

#### RAD-DGLOG-019 - Fiscalizar o Contrato de Recolhimento de Resíduos Sólidos

Atualizada em 12/06/2017 com vigência a partir de 14/06/2017

RAD sem referências

(Índice)

# RAD-DGLOG-020 - Postagem e Recebimento de Correspondência

Atualizada em 24/10/2016 com vigência a partir de 24/10/2016

- Portaria nº 311, de 18/12/98 Disciplina e determina sobre o distribuição postal de objetos.
- Lei Federal nº 6.538, de 22/06/1978 Dispõe sobre os serviços Postais.
- ➤ Aviso CGJ nº 139, de 22/05/2002 Avisa aos Juízes, Titulares/Responsáveis pelo expediente dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais que passem a usar somente o sistema 'AR Simples' (modalidade remessa local com comprovação de entrega) no envio de citações e intimações.
- ➤ Ato Executivo TJ nº 4191, de 08/09/2009 Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõe do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual.
- ➤ Portaria INMETRO nº 236/94 de 22/12/1994 Trata da aprovação do Regulamento Técnico referente à fabricação, instalação e utilização de instrumentos de pesagem não automáticos.

(Índice)

# MAN-DGLOG-020-01 - Manual para Postagem de Correspondência

Atualizada em 01/10/2013 com vigência a partir de 01/10/2013

> RAD sem referências

(Índice)

# RAD-DGLOG-021 – Arquivar e Desarquivar Documentos Administrativos

Atualizada em 30/05/2016 com vigência a partir de 30/05/2016

Ato Normativo Conjunto nº 03/2003 - Dispõe sobre a padronização dos procedimentos de entrada de acervos arquivísticos no Departamento Geral de Arquivo, e dá outras providências.

- ➤ Ato Executivo TJ nº 4191/2009 Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual.
- ➤ Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06/2004 Determina que as unidades organizacionais deverão adotar o modelo de etiqueta auto-adesiva código 652.9459 para identificação das caixas-arquivo e dá outras providências.
- ➤ Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 Divulga os correios eletrônicos para solicitação de desarquivamento de documentos diversos, processos administrativos e processos judiciais e da outras providências.
- ➤ Aviso TJ nº 3/2012 Avisa que o desarquivamento de processos administrativos e o fornecimento de informações sob a forma de certidão pelos órgãos integrantes do Tribunal de Justiça, devem ensejar os recolhimentos que menciona, e dá outras providências.
- ➤ Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2004 Resolve extinguir o procedimento 'Devolução ao Maço' para os autos processuais judiciais e administrativos que retornam ao DEGEA, e dá outras providências;
- ➤ Ato Normativo TJ n° 05/2014 Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM/DEGEA) somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) seja a guarda permanente.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-022 – Elaborar Relatório de Procedimento Apuratório

Atualizada em 14/06/2017 com vigência a partir de 22/06/2017

- Constituição da República Federativa do Brasil.
- ➤ Lei Federal nº 8.666/93 Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- ➤ Lei Federal nº 9.784/99 Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- ➤ Lei Federal nº 10.520/02 Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
- ➤ Lei Estadual nº 287/79 Institui o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- Decreto nº 3149/80 Regula o Título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

➤ Lei Estadual nº 5.427/09 - Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-023 – Ciclo Pré-Licitatório e Licitatório

Atualizada em 12/06/2017 com vigência a partir de 22/06/2017

- ➤ Lei Federal nº 8.666/1993 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- ➤ Lei Federal nº 10.520/2002 Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- ➤ Lei Complementar nº 123/2006 Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, atualizada pelas Leis Complementares nº 147/2014 e nº 155/2016;
- ➤ Deliberação TCE n° 261 e 262/2014 Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando o controle e a fiscalização dos atos administrativos que especifica;
- ➤ Ato Normativo nº 07/2009 Regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, por meio de licitação, nas modalidades concorrência ou pregão, sendo esta preferencial quando o objeto for bem ou serviço comum, com vistas à utilização em futuros contratos de compra ou de prestação de serviços;
- ➤ Atos Normativos nº 11/2002, nº 08/2008 e 06/2016 Atualiza as rotinas relativas ao processamento dos certames licitatórios, na modalidade pregão.

(Índice)

# RAD-DGLOG-024 – Abertura e Fechamento de Malotes

Atualizada em 20/05/2016 com vigência a partir de 20/05/2016

- Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça;
- Lei 6.538, de 22/06/1978 Dispõe sobre os Serviços Postais;
- ➤ Ato Executivo TJ 4191, de 08/09/2009 Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual.

#### RAD-DGLOG-026 – Conferir Faturamento de Prestação de Serviços

Atualizada em 23/06/2017 com vigência a partir de 27/06/2017

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- ➤ Lei Federal n° 8.666/93 Regulamenta o art. 37, i inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Consolidação das Leis do Trabalho;
- Convenções coletivas, normas técnicas e legislações, de acordo com a natureza do objeto;
- Instrução Normativa MPOG nº 02/08 Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Ordem de Serviço nº 02/2017 Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que menciona.

(Índice)

**RAD-DGLOG-027** – Revisar Documentos de Referência para Licitação, Relativos à Contratação de Serviços

Atualizada em 23/05/2017 com vigência a partir de 26/05/2017

- ➤ Lei Federal nº 8.666/93 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Consolidação de Leis do Trabalho
- Convenção coletiva, normas técnicas e legislações, de acordo com a natureza do objeto.
- ➤ Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- ➤ Instrução Normativa nº 02/2008 da SLTI/MPOG Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI MPOG 01 Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras

providências;

- ➤ Instrução Normativa nº 10/2012 da SLTI MPOG Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;
- ➤ Resolução do CNJ nº. 169/2013 Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça.
- Instrução Normativa nº 04/2014 da SLTI MPOG Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal;
- ➤ Instrução Normativa nº 05/2014 da SLTI MPOG Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

(Índice)

# RAD-DGLOG-028 – Gerir o Departamento de Contratos e Atos Negociais

Atualizada em 06/09/2016 com vigência a partir de 06/09/2016

- ➤ Ato Normativo TJ nº 05, de 17/03/2014 Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente;
- Resolução CM nº 05, de 04/04/2014 Estabelece critérios para ocupação de cargos de provimento em comissão e funções gratificadas no âmbito do PJERJ;
- ➤ Resolução TJ OE n° 17, de 07/07/2014 Resolução TJ/OE n° 17/2014, de 09 de julho de 2014, com as alterações promovidas pela Resolução TJ/OE n° 07/2015, de 11 de março de 2015, Resolução TJ/OE n° 17/2015, de 25 de maio de 2015, Resolução TJ/OE n° 18/2015, de 25 de maio de 2015, pela Resolução TJ/OE n° 21/2015, de 01 de junho de 2015 e pela Resolução n° 15/2016, de 05 de maio de 2016 Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;
- ➤ Resolução TJ OE N° 28, de 17/08/2015 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ.

(Índice)

RAD-DGLOG-029 - Controlar Produtos Não Conformes na Diretoria Geral de Logística

Atualizada em 19/10/2016 com vigência a partir de 19/10/2016

RAD sem referências

#### RAD-DGLOG-030 - Analisar e Instruir a Contratação Direta

Atualizada em 28/06/2017 com vigência a partir de 28/06/2017

- ➤ Lei Federal 8.666/1993 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- ➤ Lei n.º 8.245/1991 Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.
- Acórdão nº 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, datado de 25.04.2012.
- > Ato Executivo TJ nº147/2015 Delega as competências que menciona.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-031 - Controlar Imóveis Ocupados Pelo PJERJ

Atualizada em 31/10/2016 com vigência a partir de 31/10/2016

Lei Federal nº 8.666/93 - Institui normas para licitações e contratos da administração pública.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-032 - Controlar Transferência de Bens Móveis a Terceiros

Atualizada em 27/10/2016 com vigência a partir de 27/10/2016

- Lei Federal no 8.666/93 Institui normas para licitações e contratos da administração pública.
- > Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do PJERJ.

(Índice)

# RAD-DGLOG-033 – Controlar Recebimento de Bens Móveis

Atualizada em 27/10/2016 com vigência a partir de 27/10/2016

- Resolução TJ/OE/RJ nº 24/2012 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial de bens móveis no âmbito PJEJ;
- Código Civil.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-034 – Controlar Processamento de Notas de Débito e Comprovantes de Encargos

Atualizada em 24/10/2016 com vigência a partir de 24/10/2016

➤ Lei Federal no 8.666/93 - Institui normas para licitações e contratos da administração pública.

# RAD-DGLOG-035 – Atender à Solicitações de Transportes

Atualizada em 20/10/2016 com vigência a partir de 20/10/2016

➤ Ato Normativo nº 03/2006 - Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e viaturas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

(Índice)

# RAD-DGLOG-036 – Manutenção Corretiva de Carros Oficiais

Atualizada em 30/09/2016 com vigência a partir de 06/10/2016

RAD sem referências

(Índice)

# RAD-DGLOG-037 - Processar Infrações de Trânsito

Atualizada em 28/10/2015 com vigência a partir de 03/11/2015

- ➤ Lei Estadual 5427/2009 Estabelece normas sobre atos e processos administrativos.
- ➤ Ato Normativo TJ nº 03/2006 Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e viaturas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

(Índice)

# RAD-DGLOG-038 - Apuração de Sinistros em Carros Oficiais

Atualizada em 07/11/2017 com vigência a partir de 14/11/2017

- ➤ Ato Normativo TJ 03/2006 Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e veículos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- Lei Estadual 5465/2009 Dispõe sobre o uso de veículos oficiais pelo PJERJ.
- ➤ Lei Estadual nº 5.427/2009 Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;
- ➤ Ato Normativo TJ n° 07/2013 Regulamenta a utilização de etiqueta eletrônica TAG, bem como o pagamento de multas de trânsito e danos causados às viaturas oficiais;
- Lei Federal nº 9.503/1997 Institui Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

(Índice)

# **RAD-DGLOG-039 –** Remanejamento de Carros Oficiais

Atualizada em 01/11/2017 com vigência a partir de 08/11/2017

➤ Ato Normativo 03/06 - Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e viaturas do PJERJ.

RAD-DGLOG-040 – Legalizar Veículos da Frota do Poder Judiciário do Estado do Rio De Janeiro

Atualizada em 01/11/2017 com vigência a partir de 07/11/2017

Lei Federal n.º 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

(Índice)

# RAD-DGLOG-041 - Fornecimento, Fiscalização e Controle de Combustível

Atualizada em 01/11/2017 com vigência a partir de 08/11/2017

- ➤ Ato Normativo nº 04/1983 Fixa as cotas mensais dos veículos e viaturas que compõem a frota do Tribunal de Justiça.
- Ato Normativo TJ nº 03, de 13/03/2006 Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e viaturas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- ➤ Lei Estadual nº 5465, de 09/06/2009 Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.
- > Resolução CNJ nº 83, de 10/06/2009 Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, e dá outras providências.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-042 – Administrar os Serviços de Apoio ao DELFA

Atualizada em 23/06/2017 com vigência a partir de 27/06/2017

➤ Lei Federal nº 8.666/93 — Institui normas para licitações e contratos da administração Pública e dá outras providências.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-043 - Receber e Conferir Materiais

Atualizada em 31/05/2017 com vigência a partir de 05/06/2017

- ➤ Lei Federal nº 8666/93 Regulamenta o art.37, inciso XXI da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- ➤ Lei Federal nº 4320/64 Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- Resolução TJ/OE/RJ nº 24/2012 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

(Índice)

#### **RAD-DGLOG-044 –** Retirada e Redistribuição de Bens Permanentes

Atualizada em 05/04/2017 com vigência a partir de 10/04/2017

> Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio

de Janeiro (PJERJ).

(Índice)

#### RAD-DGLOG-045 – Realizar Remanejamentos e Mudanças

Atualizada em 10/01/2018 com vigência a partir de 22/01/2018

Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do PJERJ;

(Índice)

# **RAD-DGLOG-046** – Desincorporação de Bens Permanentes

Atualizada em 27/04/2017 com vigência a partir de 03/05/2017

- Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);
- Decreto Estadual nº 43.301/2011 Regulamenta a disponibilidade e a destinação final de bens móveis considerados inservíveis para a Administração Pública Estadual e dá outras providências;
- Ato Executivo TJ nº 1.819/2000 Disciplina a implantação do programa de reciclagem de lixo e sucata no PJERJ;

(Índice)

# RAD-DGLOG-047 – Incorporação de Veículos

Atualizada em 02/08/2016 com vigência a partir de 02/08/2016

- Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no PJERJ;
- ➤ Ato Executivo TJ n.º 3519, de 19 de julho de 2005 Dispõe sobre as atribuições do DEPAM, pela consolidação da prestação de contas ao TCE.
- **Lei Estadual n.º 287/79 -** Recebimento e Fiscalização de bens permanentes.
- Decreto estadual n.º 43.301 Regulamenta a disponibilidade e a destinação final de bens móveis considerados inservíveis para a Administração Pública Estadual.

(Índice)

RAD-DGLOG-048 – Elaborar Minuta de Ato Convocatório e Divulgar Certame Licitatório

Atualizada em 14/06/2017 com vigência a partir de 22/06/2017

➤ Lei federal nº 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- Lei Federal nº 10.520/02 Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- > Decreto Federal nº 5.450/05 Regulamenta o pregão na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- ➤ Resolução nº 114, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça Dispõe sobre: I O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário; II Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI , critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário. III A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV A premiação dos melhores projetos de novas obras no âmbito do Poder Judiciário;
- ➤ Deliberações TCE nº 262/14 Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes, sob jurisdição do TCE/RJ.
- ➤ Lei Complementar nº 123/06 Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1° de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- ➤ Ato Normativo nº 06/2014 Aprova a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e de termos de contrato, constantes dos Anexos a este Ato, que deverá ser observada nas licitações e contratações do Tribunal de Justiça, sem embargo das adaptações que se mostrarem necessárias em cada caso e do atendimento ao disposto no art. 113, § 2º, da Lei federal nº 8.666/93;
- ➤ Lei Estadual nº 5.690/10 Institui a política estadual sobre mudança global do clima e desenvolvimento sustentável e dá outras providências;
- ➤ Decreto Federal nº 7746/12 Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP);
- ➤ Decreto Federal 8.538/15 Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- ➤ Decreto Federal nº 7892/13 Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

- ➤ Ato Normativo nº 07/2009 Regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, por meio de licitação, nas modalidades concorrência ou pregão, sendo esta preferencial quando o objeto for bem ou serviço comum, com vistas à utilização em futuros contratos de compra ou de prestação de serviços;
- ➤ Resolução CNJ nº 169/13 dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- ➤ Lei Federal nº 11.488/2007 Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura REIDI;
- ➤ Lei Estadual nº 287/1979 Estabelece normas e princípios para ordenar, disciplinar e fiscalizar a Administração Financeira e a Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- Decreto Estadual n º 3.149/80 Disciplina o regime jurídico das obras, serviços, compras e alienações, bem como os contratos, da Administração direta e autárquica do Estado;
- ➤ Atos Normativos nº 11/2002, nº 08/2008 e 06/2016 Disciplinam, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a implantação da modalidade de licitação denominada pregão;
- Instruções Normativas nº 01/2010 e 02/2008 Dispõe sobre as regras, diretrizes e os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-050 - Formalizar Termo de Ajuste

Atualizada em 07/06/2017 com vigência a partir de 14/06/2017

- ➤ Lei Federal nº 8.666/1993 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- ➤ Lei Federal nº 10.520/2002 Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- ➤ Ato Normativo nº 11/2002 Disciplina no âmbito do PJERJ a implantação da modalidade de licitação denominada pregão;

- ➤ Ato Normativo 07/2009 Regulamenta o sistema de registro de preços no âmbito do PJERJ;
- ➤ Ato Executivo TJ nº 114/2017 e Ato Executivo TJ nº 104/2017 Disciplinam a delegação de competência no âmbito do PJERJ, respectivamente ao Diretor-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças e ao Diretor-Geral de Logística;
- ➤ Ato Normativo nº 06/2014 Aprova a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e de termos de contrato, constantes dos Anexos a este Ato, que, deverá ser observada nas licitações e contratações do Tribunal de Justiça, sem embargo das adaptações que se mostrarem necessárias em cada caso e do atendimento ao disposto no art. 113, § 2º, da Lei federal nº 8.666/93.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-051 - Controlar Responsabilidade Patrimonial

Atualizada em 17/01/2018 com vigência a partir de 22/01/2018

- ▶ Deliberação TCE nº 278/2017 Dispõe sobre a apresentação da prestação de contas anual de gestão, no âmbito da Administração Estadual, e dá outras providências;
- Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);
- Lei estadual n.º 287/79 Recebimento e Fiscalização de bens permanentes.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-052 – Realizar Serviços de Manutenção e Reparo de Materiais Permanentes

Atualizada em 30/01/2018 com vigência a partir de 01/02/2018

- Ato Normativo nº. 02/2017 Regulamenta o conserto de mobiliário danificado e os serviços de marcenaria específicos de confecção de mobiliário sob medida;
- Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

#### RAD-DGLOG-053 - Convocar para Assinar Termo de Ajuste

Atualizada em 07/06/2017 com vigência a partir de 14/07/2017

- ➤ Lei Federal nº 8.666/93 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- ➤ Lei Federal nº 10.520/02 Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.

- ➤ Ato Executivo nº 104/2017 Delega competências ao Diretor Geral de Logística, para autorizar a substituição de garantia exigida em procedimentos licitatórios e contratos, bem como a respectiva liberação ou restituição, quando comprovado o cumprimento das correspondentes obrigações.
- ➤ Deliberação 261/2014 do TCE/RJ Dispõe sobre normas gerais acerca da implantação e do funcionamento do processo em meio eletrônico no âmbitodo TCE e dá outras providências
- ➤ Deliberação nº 262/2014 do TCE/RJ Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do TCE/RJ visando o controle e fiscalização dos atos administrativos que especifica.

(Índice)

# RAD-DGLOG-054 - Gerir o Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes

Atualizada em 14/06/2017 com vigência a partir de 23/06/2017

- Resolução TJ/OE RJ nº 01/2017 Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;
- Resolução TJ/OE nº 16/2015 Aprova o Plano Diretor de Gestão (PDG) e atualiza o Plano Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) para o período de 2015/2020;
- ➤ Deliberação TCE nº 261 e 262/2014 Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando o controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-055 - Administrar o Cadastro de Fornecedores

Atualizada em 09/05/2017 com vigência a partir de 10/05/2017

- ➤ Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993 Lei Geral de Licitações e Contratações da Administração Pública.
- ➤ Ato Executivo TJ nº 2.770 de, 13/11/2000, publicado no DORJ-III, S-I 216(2) em 14/11/2000 Disciplina a implantação do sistema de cadastro único de fornecedores do Tribunal de Justica do Estado do Rio de Janeiro.
- **Edital de credenciamento de tradutores e intérpretes n° 01/2011** Processo Administrativo n° 155221/2008.
- ➤ Edital de credenciamento para interpretação da linguagem Brasileira de Sinais LIBRAS nº 01/2014 (Processo nº 84.541/2013).
- Lei federal nº 12.846/2013 Lei da Empresa Limpa. Instrução Normativa CGU Nº

2 de 07/04/2015 e Despacho CNJ-DES-2015/06046.

➤ Deliberações TCE nº 261 e 262/2014 - Estabelecem normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando o controle e a fiscalização dos atos administrativos que especifica.

(Índice)

# RAD-DGLOG-056 - Gerir o Departamento de Patrimônio e Material

Atualizada em 28/07/2017 com vigência a partir de 28/07/2017

- > Resolução TJ/OE nº 1/2017 Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;
- ➤ Deliberação TCE nº 244, de 18/12/07 Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando o controle e a fiscalização dos atos administrativos que especifica.
- Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);
- ➤ Lei nº 8.666/93 Institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências (que ditará as ações relativas ao não cumprimento de entrega de material adquirido, solicitação de mudança de marca e/ou prorrogação do prazo de entrega e nos autos de procedimento apuratório).
- ➤ Decreto Federal nº 7.892, de 23/01/13 Regulamenta o Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93 e dá outras providências (que ditará as ações relativas ao não cumprimento de entrega de material adquirido, solicitação de mudança de marca e/ou prorrogação do prazo de entrega e nos autos de procedimento apuratório).
- ▶ Lei nº 10.520/02 Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

(Índice)

# **RAD-DGLOG-057 –** Realizar controle de Claviculário

Atualizada em 01/09/2016 com vigência a partir de 01/09/2016

RAD sem referências

(Índice)

**RAD-DGLOG-058** – Coordenar e Fiscalizar Permissão/Concessão de Uso das Áreas do Foro Central, Regionais e do Interior

Atualizada em 25/05/2016 com vigência a partir de 25/05/2016

- ➤ Ato Normativo TJ nº 1, de 07/04/2004 Estabelece procedimento administrativo de controle e cobrança dos débitos apurados em decorrência de permissão ou de cessão de uso de bens públicos afetados ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- ➤ Ato Normativo nº 04, de 18/07/2007 Estabelece critérios para fixar remuneração e/ou encargos devidos em razão de ocupação de imóvel na forma de cessão de uso, concessão de uso ou permissão de uso outorgadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- ➤ Ato Normativo nº 03, de 05/05/2015 Alterou o § 3°, do artigo 3° do Ato Normativo TJRJ 04/2007, revogando a alínea "d" e modificando a redação da alínea "c".

(Índice)

# RAD-DGLOG-059 - Gerir o Departamento de Infraestrutura Operacional - DEIOP

Atualizada em 02/06/2016 com vigência a partir de 10/06/2016

- > Resolução TJ/OE n° 17/14 Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- Resolução TJ/OE nº 13/2012 Atualiza o Planejamento Estratégico Institucional do PJERJ;
- ➤ Ato Normativo TJ nº 19/2014 Dispõe sobre a gestão dos bens patrimoniaisdo PJERJ;
- > Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 26/2009 Disciplina o exercício das férias.
- ➤ Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ n°. 04/2005 Dispõe sobre a frequência mensal.
- ➤ Ato Normativo TJ n° 05/2014 Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais DGJUR/DEGEA somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente;
- ➤ Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça.

(Índice)

# RAD-DGLOG-061 - Cadastramento para Condução de Veículos e Viaturas Oficiais

Atualizada em 01/11/2017 com vigência a partir de 07/11/2017

- ➤ Lei Estadual n° 5465/2009 Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
- Resolução CNJ nº 83/2009 Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos

no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências;

➤ Ato Normativo TJ nº 03/2006 — Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e viaturas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

(Índice)

**RAD-DGLOG-062 –** Instruir Processo de Pagamento de Faturas/Contas de Água/Esgoto, Energia Elétrica e Gás

Atualizada em 13/11/2017 com vigência a partir de 16/11/2017

➤ Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº4, de 27/01/2004 – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências.

(Índice)

# RAD-DGLOG-065 – Realizar Especificação de Material

Atualizada em 26/06/2017 com vigência a partir de 03/07/2017

RAD sem referências

(Índice)

**RAD-DGLOG-066 –** Cotação de Preços de Materiais e Instrução de Processo de Compras

Atualizada em 12/11/2014 com vigência a partir de 14/11/2014

- ➤ Lei Federal nº 8666/93 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- ➤ Lei n.º 10.520/2002 Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- Decreto nº 7892/13 Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993.

(Índice)

RAD-DGLOG-067 – Vistoriar a Infraestrutura Predial e a Comunicação Visual dos Prédios do Complexo do Foro Central

Atualizada em 06/11/2017 com vigência a partir de 07/11/2017

- Constituição Federal de 1988
- > Resolução TJ/OE nº 01/2017 Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

(Índice)

#### RAD-DGLOG-068 - Incorporação Patrimonial

Atualizada em 05/04/2017 com vigência a partir de 10/04/2017

> Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio

de Janeiro (PJERJ);

- ➤ Ato Normativo nº 19/2014 Uniformiza as regras sobre a gestão do sistema patrimonial, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);
- Aviso TJ nº 49/2009 Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);
- ➤ Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- ➤ **Deliberação TCE Nº 198/1996** Dispõe sobre a instauração e organização de processos de prestação de contas, tomada de contas e tomada de contas especial, no âmbito da Administração Estadual, e dá outras providências.

(Índice)

# RAD-DGLOG-069 – Inventário Físico de Bens em almoxarifado

Atualizada em 20/04/2017 com vigência a partir de 05/05/2017

Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

(Índice)

# **RAD-DGLOG-070** – Estocar e Distribuir Materiais

Atualizada em 30/10/2017 com vigência a partir de 30/10/2017

- ➤ Lei Federal nº 8.666/93 Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- ➤ Lei Federal nº 4.320/64 Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);
- > Resolução TJ/OE/RJ 01/2017 Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

(Índice)

# RAD-DGLOG-071 - Distribuir e Retirar Materiais de Consumo

Atualizada em 03/07/2017 com vigência a partir de 05/07/2017

- Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);
- ➤ Aviso TJ nº 45/2011- Avisa aos responsáveis pelas UO que deverão realizar periódica avaliação dos materiais em estoque, mantendo na unidade apenas aqueles necessários às atividades do Órgão pelo período de 30 (trinta) dias, e dá outras providências;
- ➤ Ato Normativo nº 3/2009 Art. 24, I Estabelece normas e diretrizes dos Atos funcionais dos Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, disciplinando os direitos e deveres e dá outras providências.

(Índice)

# RAD-DGLOG-072 – Manutenção de Instalações

Atualizada em 01/11/2017 com vigência a partir de 07/11/2017

> RAD sem referências

(Índice)

# RAD-DGLOG-073 – Manutenção Corretiva de Equipamentos Eletromecânicos e Rede Lógica

Atualizada em 01/11/2017 com vigência a partir de 07/11/2017

> RAD sem referências

(Índice)

# RAD-DGLOG-074 – Manutenção Preventiva de Equipamentos e Rede Lógica

Atualizada em 01/11/2017 com vigência a partir de 07/11/2017

RAD sem referências

(Índice)

# RAD-DGLOG-075 - Manutenção Preventiva de Obras

Atualizada em 01/11/2017 com vigência a partir de 07/11/2017

Especificações de fabricantes

(Índice)

RAD-DGLOG-076 - Execução de Obras de Pequeno Porte e de Readequação Predial

Atualizada em 01/11/2017 com vigência a partir de 07/11/2017

> RAD sem referências

Referências das Rotinas Administrativas da DGLOG
Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Data da atualização: 30.01.2018
Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento
Para sugestões, elogios e críticas: <u>seesc@tjrj.jus.br</u>